

Faculdade Damas da Instrução Cristã
Curso de Relações Internacionais

Maria Eduarda Lucena Gomes

Vikings e Bretões: um estudo de caso das
relações internacionais na Inglaterra
medieval

Recife

2016

Maria Eduarda Lucena Gomes

Vikings e Bretões: um estudo de caso das relações internacionais na Inglaterra medieval

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Relações Internacionais, da Faculdade Damas da Instituição Cristã, em Recife, como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientador: Prof^o Pedro Soares.

Recife

2016

Gomes, Maria Eduarda Lucena.

Vikings e Bretões: um estudo de caso das relações internacionais na Inglaterra medieval . / Maria Eduarda Lucena Gomes. – Recife: O Autor, 2016.

42 f.; il.

Orientador(a): Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.

Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.

Trabalho de conclusão de curso, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. 2. Filosofia. 3. Tucídides. 4. Hans Mongethau. 5. Inglaterra Anglo-Saxã I. Título.

327 CDU (2.ed.)
327 CDD (22.ed.)

Faculdade Damas
TCC 2016-461

Maria Eduarda Lucena Gomes

Vikings e Bretões: um estudo de caso das relações
internacionais na Inglaterra medieval

Monografia apresentada em ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares (FADIC)

Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena Silva (FADIC)

Prof. Ms. Maurício de Albuquerque Wanderley (FADIC)

Aos meus Pais, exímios educadores, e meus maiores exemplos.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais pelo apoio incondicional, e carinho. Sem eles provavelmente eu não teria acesso à educação que me foi proporcionada ao longo da minha trajetória, e este trabalho não teria sido realizado.

Agradeço ao meu orientador, Professor Pedro Soares, por ter acreditado no meu tema, e por ter me ajudado a atingir o objetivo de apresentar um trabalho ímpar, a qual acredito e defendo.

Quero também agradecer a minha amiga Isabela Lima, pelos tempos que compartilhamos juntas durante o curso de Relações Internacionais, pela força e apoio que me deu para dar continuidade a este trabalho, e por ter sido a irmã que nunca tive.

Às minhas queridas amigas Laís Batalha, Bruna Campos e Mayara Jade, pela amizade incondicional que tivemos ao longo dos últimos nove anos.

VIKINGS E BRETÕES:

Um estudo de caso das relações internacionais na Inglaterra medieval

Maria Eduarda Lucena Gomes*

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise das relações internacionais, visando a compreensão das razões pelas quais chegamos ao patamar que nos encontramos nos dias de hoje. Para tanto, serão revisadas as teorias de alguns dos grandes pensadores políticos de todos os tempos, a começar por Tucídides, até Hans Mogenthau, para termos uma noção melhor de como ocorreu a evolução da relação entre Estados, desde os tempos pré-cristãos. Para embasar esta análise, será também utilizada a metodologia de estudo de caso, feita através da narrativa das relações entre a Escandinávia Viking e a Inglaterra Anglo-Saxã durante o período entre os séculos VIII e XI, pretendendo entender como acontecia a correspondência entre os dois povos na era medieval, demonstrando que as relações internacionais datam de muito antes do tratado de Westfália.

Palavras-Chave: Relações Internacionais. Escandinávia Viking. Inglaterra Anglo-Saxã.

* Aluna concluinte do curso de Relações Internacionais

Abstract

This work aims to analyze the international relations, aiming the understanding of the reasons why we reached to the situation in which we find ourselves today. Therefore, this analysis will review some of the great political thinkers of all time, starting with Thucydides, until Hans Mogenthau, to have a better sense of how the development of the relationship between states happened, since pre-Christian times. To support this analysis, the case study methodology will also be utilized, done through the narrative of the relations between the Viking Scandinavia and the Anglo-Saxon England during the period between centuries VIII and XI, intending to understand how was the correspondence between these two people in the medieval era, demonstrating that international relations date back to long before the treaty of Westphalia.

Keywords: International Relations. Scandinavia Viking. Anglo-Saxon England.

Lista de Ilustrações

Figura 1: Tratado de Mesilim.....	11
Figura 2: Inglaterra bretã.....	23
Figura 3: Mapa da conquista romana sobre a Bretanha por comandantes.....	25
Figura 4: Inglaterra Anglo-Saxã.....	27
Figura 5: Escandinávia durante a Era Viking.....	28
Figura 6: Etapas da construção de uma navegação Viking.....	30
Figura 7: Exemplar de Mjölñir, o martelo de Thor, filho de Odin, e principal símbolo da mitologia nórdica.....	32
Figura 8: Mapa do campo de batalha de Stamford Bridge.....	35
Figura 9: Imagem da batalha de Stamford Bridge, retirada de um manuscrito anglo-normando, datado do século XIII.....	36
Figura 10: Tapeçaria de Bayeux, principal artefato contendo 70 metros de comprimento que conta a história da Batalha de Hastings.....	38

Sumário

Introdução.....	11
1. A Evolução das Relações Internacionais	15
1.1 Tucídides (460a.C. – 400a.C.)	15
1.2 Nicolau Maquiavel (1469 – 1527)	16
1.3 Thomas Hobbes(1588 – 1679)	18
1.4 Hans Morgenthau e o Realismo	20
1.5 Relações Internacionais Medievais	22
2. A Cruz e o Martelo.....	24
2.1 A Cruz	24
2.2 O Martelo.....	29
3. Ascensão e Queda dos Povos Saxões e Vikings	34
3.1 A Batalha de Stamford Bridge e o Fim da Era Viking	36
Considerações Finais	40
Referências	42

Introdução

Onde e quando a narrativa e análise das relações internacionais deve começar propriamente? A resposta para este questionamento simples depende, é claro, de qual o significado atribuído às relações internacionais. Se seu campo for essencialmente o estudo da interação política e formal dos Estados-Nações dentro do sistema do estado moderno, sobre a diplomacia, aliança, estratégias, percepções de poder e segurança, e a guerra como recurso de grandes unidades políticas reconhecidamente modernas, então a narrativa das relações internacionais irá inevitavelmente privilegiar o ocidente globalizado do pós-Westfália. Se seu campo for, de alguma forma, interpretado de forma mais geral, sendo sobre como qualquer regime ou “estado” – Unitário ou de outra forma, antiga, medieval ou moderna – interagiu com outros, então o interior cronológico e espacial da disciplina se abre para incluir unidades políticas ocidentais e não ocidentais de qualquer era que deixou registros significantes de seu caráter e busca por segurança ou império. Mas também somos sensíveis a uma terceira definição: Se relações internacionais ainda é mais amplamente interpretada a ponto de incluir a interação dos povos além dos limites políticos, com uma ênfase nas normas e práticas transculturais, transregionais, ou da evolução civilizacional, então perguntas como “onde” e “quando” flutuam livres na narrativa focada no estado per si. Esta última definição de relações internacionais como estudo do fluxo e refluxo das interações da humanidade (a interação política sendo um tipo subordinado) pode ser especialmente atrativa para muitos historiadores do mundo, alguns teóricos dos sistemas mundiais, e alguns construtivistas, e abre o campo disciplinar das relações internacionais através dos limites temporais e espaciais que a maioria dos cientistas políticos, e alguns historiadores internacionais, achariam vagamente fora de foco (e especulativo), para ter algum uso prático. (MALCHOW, 2016, p.99)

O excerto acima traduz o sentimento com o qual este trabalho foi produzido. O estudo das relações exteriores é algo relativamente novo e restrito. A maior parte dos estudiosos afirma que as relações internacionais iniciaram-se a partir do tratado de Westfália, mas tal acontecimento apenas marcou a existência do princípio moderno de Estado, que nada mais é do que a presença da soberania em um determinado povo, marcado pela existência de instituições governamentais que existem para manter a paz e a ordem entre os cidadãos pertencentes a eles, e protegê-los de ameaças externas. Se estudarmos mais detalhadamente, iremos perceber que esta estrutura já existe bem antes do tratado. Iremos discutir sobre algumas delas no decorrer deste trabalho. Um exemplo claro disso é o Tratado de Mesilim, um dos tratados internacionais mais antigos de que se tem conhecimento. Ele foi firmado entre as cidades-estados de Lagash e Umma, na antiga Mesopotâmia, que data de aproximadamente 3000 a.C. Nele houve o estabelecimento da fronteira entre os dois territórios, onde também foi utilizada a arbitragem do Rei de uma terceira cidade, Kish, para resolver a questão.

Figura 1: Tratado de Mesilim



Fonte: Duhaime. Disponível em <<http://www.duhaime.org/LawMuseum/LawArticle-1313/2550-BC--The-Treaty-of-Mesilim.aspx>> Acessado em 2 de Agosto de 2016.

Também veremos um caso muito parecido nas relações entre os Vikings e os Saxões. No ano de 793, próximo às terras pertencentes ao monastério de St. Cuthbert, localizado na ilha de Lindisfane no território da Northumbria, que se situa na costa nordeste da Inglaterra, três navios são vistos ao longe. Em poucas horas, o monastério seria devastado por homens bárbaros, que roubariam todas as riquezas ali existentes, e matariam ou escravizariam todos os monges habitantes daquele lugar. Nos próximos 300 anos, episódios desta natureza se tornariam comuns. Mas quem eram estes homens bárbaros, vindos de terras longínquas, ameaçando a paz e a harmonia do território anglo-saxão?

Os Vikings, ou “Homens do Norte”, como eram chamados pelos anglo-saxões, foram indivíduos que faziam parte da civilização provinda do norte da Europa, mais especificamente do território que hoje conhecemos pelos países escandinavos: Noruega, Suécia e Dinamarca. Esse povo tornou-se famoso por invadir, roubar e devastar os lugares por onde passavam, e assim são vistos pela crença comum até os dias de hoje. Com o objetivo de estudar essa civilização, no presente trabalho será discutido a fundo, quem eram os Vikings, qual era a real estrutura de sua sociedade e como se deram suas relações com o povo anglo-saxão. Como dito pelo professor

Jean-Baptiste Duroselle, em sua obra *Todo Império Perecerá*: “O estrangeiro desconhecido, o anormal, o misterioso, o longínquo, muitas vezes aquele que vem do mar e aparece bruscamente. É o bárbaro... Quanto mais nos distanciamos, mais o estrangeiro torna-se monstruoso”. A partir desta citação, percebemos que há um significado ou uma preconceção do ‘outro’, sempre no sentido de entendê-lo através de uma perspectiva negativa, talvez por isso o nome ‘Vikings’, os quais, apesar de serem vistos como um povo bárbaro pelos cidadãos pertencentes aos territórios invadidos, sua cultura, sociedade, comércio e tecnologia de navegação eram extremamente avançados para sua época.

Os Vikings eram homens de honra. Possuíam leis que respeitavam a dignidade de seus indivíduos. Suas técnicas de navegação foram desenvolvidas pelo fato da produção de recursos não ser rápida o bastante para sustentar sua crescente população, levando-os a desenvolverem uma tecnologia náutica que tornou possível o comércio com povos longínquos, e a invasão, migração e ocupação de territórios. A Inglaterra foi uma das principais terras escolhidas para serem habitadas. Possuía riquezas relativamente fáceis de conquistar, e terras férteis, próprias para a cultura agrícola. Contudo, o processo de invasão e ocupação não foi dos mais pacíficos, uma vez que o povo anglo-saxão não estava satisfeito em dividir suas terras com o povo nórdico.

Além disso, os escandinavos fizeram grandes contribuições para a história das relações internacionais, tais como:

1. Impor medo ao continente Europeu e aos continentes próximos através de seu poder armado, fazendo com que sua presença fosse temida e seu poder respeitado, fenômeno explicado pelo teórico Hans Morgenthau em sua obra “A política entre as nações”;

2. Usar suas técnicas de navegação não apenas para a invasão de outros territórios, mas também, para manter relações de comércio com outros povos, tornando sua economia mais robusta;

3. Incorporar os aspectos positivos de outros povos à sua própria cultura, contribuindo para a evolução de sua sociedade.

A evolução do pensamento político, e um estudo de caso, que versará sobre as relações entre os povos dos territórios que hoje conhecemos como Grã-Bretanha e Escandinávia, durante o período da Era Viking, ocorrida entre os séculos VIII e XI, atendo-nos mais especificamente aos acontecimentos ocorridos dentro das fronteiras inglesas. Revisaremos as teorias dos grandes pensadores políticos, realizando uma narrativa sobre a realidade de cada um, entendendo assim as

ideias produzidas por eles, bem como eram as relações Estado-Cidadãos, e Estado-Estado. Em sequência estudaremos a história dos dois povos antes mesmo de seus caminhos se cruzarem para embasar este trabalho e compreendermos as suas características e principais diferenças. Por fim abordaremos como ocorreu o embate entre os Vikings e os saxões, dando-nos uma ampla visão de como se deu as relações entre eles, entendendo seu começo, meio, e fim.

Em suma, o presente trabalho tentará explicar o funcionamento das relações internacionais no caso exposto, com o intuito de defender a idéia de que essas relações podem ser estudadas em uma grande variedade de casos no período anterior à Westfália, e que nos dá condições de aprendermos lições valiosas, com os erros e os acertos de choques Inter-civilizacionais, principalmente dentro do curso de graduação em relações internacionais, para assim termos maior capacidade de formar profissionais internacionalistas com visão mais ampla sobre sua área, abrindo mentes para novas possibilidades de crescer e transformar o mundo num lugar de paz e harmonia entre os povos.

1. A Evolução das Relações Internacionais

Em se tratando de relações internacionais, a obra “Todo império perecerá” do estudioso Jean-Baptiste Duroselle explica como a evolução ocorre na política entre dois povos. Resumidamente, o pensamento que o autor desenvolve é o de que as civilizações ou potências, nascem, vivem e decaem ou morrem. Ele explica que há uma série de elementos dos quais uma unidade política necessita para sobreviver. Feito isto, inicia-se uma busca por mais e mais recursos, levando conseqüentemente a uma busca pelo poder. Depois que esse estágio é alcançado, não há mais volta. Uma vez que o crescimento exagerado de uma potência ocorre, a diminuição de outros acontece paralelamente, e isto desencadeia um sentimento de desagrado, que leva à decadência do império hegemônico, e ao surgimento de outro em seu lugar. E assim ocorre sucessivamente desde os primórdios da humanidade, até os dias presentes.

A evolução das relações internacionais vista pela ótica realista, desde os tempos de outrora, vivenciados por estudiosos como Tucídides, Nicolau Maquiavel, e Thomas Hobbes, até o tempo de Hans Morgenthau. Deste modo teremos uma visão mais detalhada de como a política internacional se desenvolveu ao longo dos últimos três milênios, utilizando-nos da visão dos grandes teóricos.

1.1 Tucídides (460a.C. – 400a.C.)

Tucídides foi um historiador e general grego, famoso por sua obra “História da Guerra do Peloponeso”, que foi, e ainda é, um registro crucial para os estudiosos da política internacional, fazendo com que Tucídides seja considerado o pai da história ocidental. No livro, o autor nos conta a história da guerra entre Atenas (Liga de Delos) e Esparta (Liga do Peloponeso). Segundo ele, a guerra eclodiu, pois havia uma disputa entre as duas Cidades-estados pela hegemonia na região e, também, por haver uma preocupação por parte de Esparta com relação ao crescimento do poder de Atenas, o qual dava sinais de que poderia intervir em suas questões econômicas, o que nos leva à teoria de Duroselle¹.

¹ Uma vez que o crescimento exagerado de uma potência ocorre, a diminuição de outros acontece paralelamente, e isto desencadeia um sentimento de desagrado, que leva à decadência do império hegemônico, e ao surgimento de outro em seu lugar.

Na obra o autor tenta retratar a guerra com o máximo de imparcialidade, pois entendia a importância que este fator tem em um relato histórico. Ele descrevia a guerra como “mestra violenta, e desperta na maioria das pessoas paixões em consonância com as circunstâncias do momento”. Nesta passagem, podemos entender que os seres humanos tendem a se comportar de maneira hostil, vingativa, e destrutiva, com outros e, por vezes, consigo mesmos. Esta concepção é o que inspira Hobbes a criar a teoria do estado de natureza, que discutiremos posteriormente.

Após a quebra da paz entre as cidades-estados por parte de Esparta, a guerra acaba em 404 a.C., porém, o autor apenas nos dá relatos até o ano de 411a.C. É sabido que a guerra teve duração de trinta anos e que seu término se deu com a rendição de Atenas, proporcionando a vitória de Esparta, a qual implementou um regime tirânico e oligárquico, que ficou conhecido como ‘tirania dos trinta’, tornando-a potência hegemônica, dominando a região política e economicamente.

Essencialmente, Tucídides, mais do que um historiador, era uma espécie de leitor da natureza humana, a qual se mostra de crucial importância para o estudo da política e relações internacionais, e o autor não faz apenas uma narrativa de eventos, mas também nos proporciona uma análise do comportamento humano ante uma situação de guerra. Ele identifica as motivações de ambas: De um lado, Atenas, impulsionada pelo desejo de poder, e do outro, Esparta, motivada pelo desejo de segurança e autopreservação. Sendo assim ele nos mostra que os desejos muitas vezes servem mais intensamente como impulso para a humanidade, do que as leis em si, e isso fica claro na passagem “Com a vida na cidade, naquela oportunidade, mergulhada na turbulência, a natureza humana prevalecia sobre as leis e, sendo para ela usual ultrapassar os *nomoi* (leis) e agir com indignidade, exibia-se, satisfeita, revelando o caráter incontrolável de suas pulsões, mostrando-se mais poderosa que a justiça, inimiga de toda superioridade” (Tucídides, 431 a.C.).

1.2 Nicolau Maquiavel (1469 – 1527)

Maquiavel foi um historiador, diplomata, poeta, músico, filósofo e político florentino, que escreveu importantes obras como “O Príncipe” e “A Arte Da Guerra”. Este autor marcou a história do pensamento político, e tem, até hoje, suas obras como objeto de estudo. Primeiramente, devemos entender o contexto histórico e político no qual Maquiavel vivia.

O autor nasceu em Florença, Itália, no ano de 1469, portanto, viveu a época do Renascimento, onde o ocidente passava por muitas transformações culturais e religiosas. A autoridade da igreja estava começando a ser questionada, dando início a uma era humanista, no lugar da teocêntrica. Nesta época também a Itália era, como diria José Nivaldo Junior², “Um verdadeiro quebra cabeças político”, o qual era composto pelos Estados soberanos de Nápoles, Florença, Milão, Veneza, os Estados pontifícios, além de outros menores, que dependiam das grandes potências italianas. Entre esses Estados, havia uma disputa de poder, principalmente com relação à igreja, a qual era uma das principais responsáveis pelo impedimento da unificação italiana, que era um dos grandes sonhos de Maquiavel, discutido no livro “O Príncipe”.

Nesse contexto, o teórico viveu altos e baixos durante o percurso de sua vida. Trabalhou como secretário das relações exteriores de Florença na época do governo de César Borgia e seu pai, o Papa Alexandre VI. Foi mediador da relação entre o Papa e o Rei da França, a qual terminou na invasão de todo o território italiano pela França. Em 1512, os Médici tomaram o poder em Florença, e exilaram Maquiavel. Porém, utilizando-se de seu vasto conhecimento político, conseguiu sair do exílio, escrevendo a obra “O Príncipe”, dedicando-a a Lorenzo de Médici. Em 1519, conseguiu anistia, e retornou a Florença para exercer funções político-militares. Em 1527, o Imperador sacro-germânico Carlos V invade Florença, saqueando-a, e tomando o governo para si, resultando na exclusão política de Maquiavel, dado o fato de ele ser o favorito dos Médici. Pouco tempo depois, ele morreu sozinho e amargurado em sua cidade natal.

O Professor Howard LeRoy Malchow, da Universidade de Trufts, em seus estudos considera que algumas das razões pelas quais Maquiavel ocupa um espaço importante nas relações internacionais são:

- Sua advocacia aparente de conveniência amoral na realização de fins políticos estritamente seculares é a evidência da quebra acentuada na mentalidade e na prática do passado medieval;
- Ele revela perceptivamente a ética verdadeira, ao longo do tempo, do exercício de poder através do despojamento da linguagem normativa (religiosa ou idealista), na qual ela geralmente está envolta;
- Ocupa um lugar crítico na teoria e prática das relações internacionais. Como o primeiro “moderno” no discurso que começa com Maquiavel, passando por Hobbes, até os dias atuais.

² A Arte da Guerra, Editora Martin Claret, p.16.

Porém, o Professor Malchow argumenta que estas razões, mesmo que impressionantes, são difíceis de justificar. No caso do primeiro ponto, o anticlericalismo e a crença de que o bem do povo está nas ações firmes de um príncipe secular comunga com as ideias um tanto quanto medievais, cronologicamente falando, de Marcílio de Pádua, ou Dante Alighieri, as quais são caracterizadas pelo pró-imperialismo e aversão ao poder papal. No segundo ponto, o Professor questiona o uso da obra de Maquiavel como algo atual, que possa vir a funcionar na maneira de se fazer política nos dias presentes da mesma forma que outrora. Ora, Maquiavel viveu durante o fim do século XV, início do XVI e, como já dito anteriormente no presente capítulo, a humanidade evolui e muda sua forma de pensar e realizar feitos. O mesmo se aplica ao terceiro ponto. Devemos enxergar Maquiavel como um modelo de seu tempo e espaço, uma figura complexa a ser estudada, mas não idealizá-lo aos moldes modernos, utilizando-o como referência.

Em sua obra “O Príncipe”, Maquiavel nos conta que sua intenção é representar “a realidade efetiva das coisas”. Ressaltemos aqui duas das teorias de Maquiavel, a *Virtù*, e a Razão do Estado. A *Virtù* representa a virtude do príncipe. Difere da concepção religiosa do termo e se aproxima da definição romana, que prega o uso da masculinidade para conquistar a sorte (ou fortuna). Já a Razão de Estado se explica-se na tese de que o príncipe deve utilizar-se de todo e qualquer recurso, moral ou não, para alcançar seus objetivos.

Sendo assim, podemos concluir que Maquiavel foi uma figura importante para os estudos da política externa, e fonte de vasto um conhecimento sobre o funcionamento governamental de seu tempo. No entanto, devemos tomar cuidado para não levar as teorias dele, ou de qualquer outro pensador antigo, para o plano atual. O importante é que estudemos esses teóricos com o intuito de ampliar e aprimorar nossa visão de mundo.

1.3 Thomas Hobbes(1588 – 1679)

Hobbes foi um filósofo inglês nascido em 1588 no condado de Wiltshire, na Inglaterra. Ele viveu em uma época conturbada, marcada por revoluções, guerras civis, e a ascensão da burguesia, numa sociedade que sofria grandes mudanças científicas, sociais e religiosas. Neste tempo, o mundo estava em transição para a era moderna, e como toda transição é traumática, existiram muitas as dificuldades.

A obra de Hobbes é um clássico da filosofia política, que resulta num relato vívido de como os governos se portavam na época. Em seu livro “O Leviatã”, fica clara a visão que se tinha do Estado. Biblicamente falando, o Leviatã era um monstro representado pela figura de um grande homem em tamanho e força física, tendo abaixo de si os homens que representam a sociedade que ele controla. Possui uma espada em suas mãos e uma armadura cobrindo seu corpo. Uma imagem que passa medo e terror, retratando o modo como o Estado era visto pela sociedade.

O governo era visto pelo filósofo como um mal necessário, que impedia os governados de sucumbirem à própria natureza humana e acabarem uns com os outros. Afastava toda e qualquer ameaça externa. Portanto, uma figura que inspirava ao mesmo tempo medo e respeito, algo parecido com o que foi pregado na obra “O Príncipe”, de Maquiavel. O professor e pesquisador Ronaldo de Oliveira Batista³ expõe os seguintes pontos cruciais do pensamento de Hobbes: a) Não há uma sociabilidade instintiva, natural do homem; b) Sem a intervenção do Estado, um poder soberano e centralizador, o homem estaria em permanente condição de conflito, violência e excessos; c) Na vida em sociedade, o interesse pessoal não deve prevalecer (há no pensamento do filósofo a negação do direito natural e sagrado do indivíduo à propriedade); d) O antagonismo recíproco e natural entre os homens só pode ser controlado por uma autoridade externa, o Estado que Hobbes propõe, ancorado em contrato que permite aos homens a convivência pacífica, “o acordo entre os homens é apenas pactual, ou seja, artificial”, daí a necessidade de “um poder comum que os constranja e dirija as suas ações para um benefício comum”.

A obra Leviatã, de Hobbes, começa com um extenso catálogo das paixões naturais humanas e afirma que a mais profunda e permanente delas é o medo de uma morte violenta. Disto deduz o direito fundamental da natureza, que é a liberdade de cada homem para preservar a própria vida. A natureza humana também proporciona três causas de disputa: competição, insegurança (medo) e glória; ‘A primeira faz com que os homens invadam pelo Ganho; a segunda, pela Segurança; e a terceira, pela Reputação’. Para escapar a esta situação perigosa, o homem concorda em abrir mão de sua liberdade natural para fazer o que quer em troca do respeito dos outros e por seu direito à vida. O Estado, ou Leviatã, força o cumprimento desses compromissos recíprocos na forma de um contrato social pelo qual os seres humanos protegem esses direitos, que têm por natureza, mas não são capazes de gozar no estado da natureza devido à guerra de todos contra todos. O governo, ou Leviatã, garante o direito à vida garantindo a paz. (FUKUYAMA, 2013, p. 42)

³ MAQUIAVEL, Nicolau, O Príncipe. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007.

No excerto acima, a obra *O Leviatã*, é citada para nos falar sobre a natureza inerente ao homem e seus medos, os quais dão impulso às ações humanas. Em resumo, o trabalho de Hobbes nos dá a entender que o homem não pode viver em estado anárquico, pois a essência humana é má e cruel, e que se não houver um “pacto” ou “contrato”, provavelmente acabaríamos uns com os outros, pois o ser humano é individualista e egocêntrico por natureza. Por isso, devido ao fato do homem viver em conjunto, ele concorda em doar uma parcela de sua liberdade ao Estado, por causa do seu medo de sofrer uma morte violenta causada por outrem. Esse conceito foi um dos que deu origem ao pensamento da escola realista, tendo seu início no século XX com pensadores políticos como Hans Morgenthau, o qual será discutido mais a frente.

Há ainda dois conceitos importantes pensados por Hobbes: O contrato social, e o absolutismo. No primeiro, os indivíduos pertencentes a uma dada sociedade concordam em abdicar de sua liberdade natural para conviver em comunidade, e garantir sua proteção e ascensão pessoal. Uma vez que esse contrato é quebrado por algum desses indivíduos, o Estado tem a permissão de puní-lo devidamente, de acordo com a gravidade da violação das leis. O segundo conceito está inserido no primeiro, e ele garante o poder soberano ao Estado, para que ele tenha poder absoluto e faça cumprir as leis e normas acordadas no contrato feito com a sociedade, fazendo assim com que o mesmo seja responsável pela segurança do povo, em troca de seu respeito. Tendo em vista que esses são conceitos que vigoram até hoje, podemos afirmar que Hobbes foi de crucial importância para o estudo da política, e para a criação do conceito de Estado que temos hoje.

1.4 Hans Morgenthau e o Realismo

Morgenthau foi um teórico alemão, especialista em relações internacionais, e um dos fundadores do pensamento realista do pós-segunda guerra. Segundo Malchow “O método de Morgenthau discorre sobre o comportamento dos Estados a partir de constantes universais como a corrida pelo poder, confirmando suas deduções e presume uma teoria de história que lembra o passado como uma analogia direta ao presente – Jogadores diferentes, mas um mesmo jogo”.

Que nação gosta de ser oprimida por um poder mais forte? Ou quem deseja ver sua propriedade saqueada injustamente? Apesar disso, haverá uma só nação que não tenha tiranizado a sua vizinha? Em que parte do mundo se encontrará um único povo que não tenha pilhado a propriedade do outro? Onde? (MORGENTHAU, 1948, P. 65)

Na citação acima, percebe-se que na história da humanidade podem-se encontrar exemplos claros da busca pelo poder. Esta busca é algo que move a humanidade desde sempre. Segundo a Escola Realista, o Estado é o principal ator, e ela percebe que a sociedade internacional é anárquica, e que não possui um organismo de poder maior que seja dos povos num âmbito mundial. A escola Realista também considera que os Estados são racionais, e usam um cálculo de custo-benefício quando está em busca de defender seus interesses. Quando se trata de busca pelo poder, Morgenthau explica, em sua obra “A Política entre as nações”, a teoria do imperialismo, a qual se define como uma forma de luta pelo poder, que é composto pela vontade de um Estado de aumentar sua influência internacionalmente, e que, para tanto, ele pode recorrer a seu poder militar, econômico, ou cultural. Morgenthau também fala sobre o imperialismo, e explica que há três estímulos para que ele aconteça: a guerra vitoriosa, a guerra perdida e a fraqueza. O primeiro deles é a busca da manutenção do “status quo” do povo vencedor, modificando suas relações com o povo vencido e ajustando a paz entre os envolvidos; O segundo, é o desejo do vencido por trocar de lugar com o vencedor; O terceiro define-se pelo povo mais forte que busca territórios fracos ou politicamente vazios para atacar.

Voltando-nos para outros pensadores realistas, poderemos entender um pouco mais sobre o que eles pensam sobre poder. O estudo do teórico Joseph Nye nos revela que “o poder é a habilidade de influenciar o comportamento de outrem para conseguir os resultados desejados. [...] Porém, o poder sempre depende do contexto em que o relacionamento se encontra. [...] Ter fontes de poder não garante que se conseguirá o resultado esperado. [...] Converter essas fontes em poder real no sentido de obter os resultados desejados requer estratégias bem planejadas, e líderes hábeis”.

Outra obra de grande importância é “A Política do Poder”, do estudioso Martin Wight, na qual se compreende que o poder gira em torno do interesse vital de um Estado, o qual era entendido na antiguidade como “Dignidade, honra e os interesses da coroa” e, para conseguir alcançar seus objetivos, os fatores “honra” e “prestígio” são levados em conta. A honra é relacionada aos interesses nacionais, sendo considerada pela tradição alemã como orgulho e consciência de status, já o prestígio se relaciona com o poder, tendo que estar intimamente relacionado com ele para que seja considerado como pertencente à ordem moral. Ele é a influência derivada do poder. Para E. H. Carr, como descrito em seu livro “Grã-Bretanha Como Poder Mediterrâneo”, “o prestígio significa o reconhecimento da força de uma nação por parte de

outros povos. Ele é enormemente importante, pois se a sua força for reconhecida, uma nação é em geral capaz de atingir seus objetivos sem ter de usá-la”.

Quando se trata de guerra entre os povos na antiguidade, mais precisamente antes da existência da Liga das Nações, Wight nos fala que existia uma anarquia internacional, onde, “O direito internacional não tinha alternativa senão aceitar a guerra como um relacionamento legítimo entre os Estados, independentemente do fato da causa ser ou não justa”, Ainda usando a teoria da condição natural da espécie humana de Hobbes como argumento. Esta consistia na ideia de que existe uma “guerra de todo homem contra todo homem”, levando os povos ao que é chamado de medo hobbesiano, onde o medo é um fator de crescimento político. Segundo Wight, “A anarquia é a característica que distingue a política internacional da política ordinária. O estudo da política internacional pressupõe a ausência de um sistema de governo, assim como o estudo da política doméstica pressupõe a existência de tal sistema”. Estas teorias explicam a constância com a que as guerras ocorriam nos tempos antigos, e também como o crescimento e unificação política da Inglaterra durante a Era Viking.

1.5 Relações Internacionais Medievais

Ao longo dos séculos, percebe-se que o desejo de autopreservação que move as sociedades, e as faz mais conscientes sobre a obtenção da paz, aumentou, dando visão a um avanço cada vez mais rápido, seja tecnologicamente ou moralmente. No entanto, essa consciência veio com um custo razoavelmente alto. Tomemos por exemplo o século passado, quando a humanidade evoluiu mais em 100 anos, do que anteriormente em séculos. O preço que se pagou foi alto. Tivemos duas grandes guerras e uma baixa de milhões de vidas. Hoje, percebendo a devastação e depressão que ocorreu há algum tempo atrás, criamos um sistema para tentar garantir a paz mundial, e dar um fim à anarquia internacional para evitar maiores conflitos no futuro.

O mesmo se aplica a todos os avanços feitos na antiguidade. Quando um evento traumático acontece, tentamos o nosso melhor para fazer com que ele não se repita. Por isso a importância do estudo aprofundado das relações internacionais. Grandes filósofos como Hobbes e Locke chegaram à conclusão de que a origem dos Estados tem suas bases na necessidade de autopreservação. Alguns sociólogos podem argumentar que esta especulação não tem uso prático, atribuindo o alvorecer do sistema de Estados às vastas migrações humanas e a etnogênese.

Infelizmente não temos como saber ao certo como o início ocorreu antes das contribuições escritas da Grécia antiga, tornando as teorias dos grandes estudiosos apenas especulações.

Adam Watson (1992) argumenta que o primeiro sistema de Estados identificado pela história é a de cidades-estados sumérias do quarto milênio antes de Cristo, na Mesopotâmia. Foram pequenos sistemas anárquicos que competiram uns com os outros pela autoridade hegemônica na região. Desde essa época que as disputas por poder causam a ascensão e declínio de civilizações e Estados. Sendo assim, podemos fazer uma especulação quase que utópica, de que a “roleta do poder” poderá ser parada quando a humanidade se preocupar mais com a paz e o bem-estar, do que com o poder. Mas será que isso é possível? Talvez daqui a alguns séculos nossos descendentes olharão para nós da mesma forma que enxergamos os sumérios. Por enquanto, deixemos estes questionamentos para o imaginário filosófico.

Voltando nossa atenção para a era medieval, percebemos que há um vasto e rico conhecimento da área política a ser explorado, o qual, muitas vezes, não é levado em conta pela grande maioria de estudiosos do campo. Um ponto crucial a ser estudado é a recriação do império ocidental pelo imperador romano Carlos Magno no início do século IX, marcando o início de uma era cristianizada, onde a igreja se posicionava em um patamar de poder e tinha sede de expansão e autoridade.

No caso específico do presente estudo, as relações entre os escandinavos e os ingleses nos darão uma ideia mais detalhada de como ocorre a busca pelo poder, a anarquia internacional, a ascensão e declínio de um povo e a batalha pela sobrevivência, sendo talvez um guia completo das relações internacionais praticadas nos tempos medievais, pois numa época onde a igreja era a lei, bárbaros truculentos e sedentos de conquista iriam por essa autoridade em xeque durante três séculos.

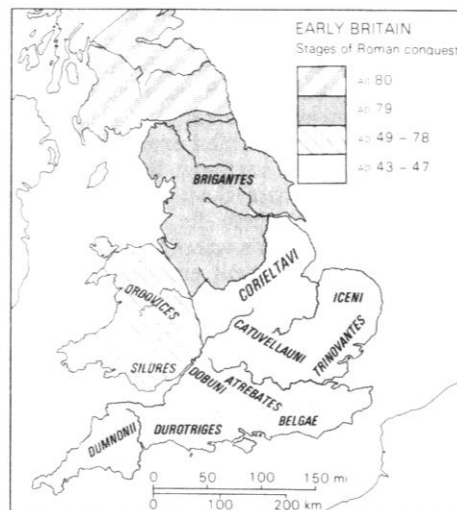
2. A Cruz e o Martelo

Para sermos exatos, o conhecimento de antecedentes, isto é, de fenômenos análogos anteriores a um dado fenômeno, é interessante e instrutivo para os historiadores e não iremos ignorá-lo. Mas esses “antecedentes” não foram os únicos fatores envolvidos e talvez nem mesmo os mais importantes. O principal não é saber de onde procede o “elemento feudal”, se suas origens devem ser procuradas em Roma ou entre os povos germânicos, mas por que esse elemento assumiu seu caráter “feudal”. Se essas fundações se transformaram naquilo que sabemos, devemos isso a uma evolução cujo segredo nem Roma nem os germânicos podem nos revelar... Sua formação é resultado de forças que só podem ser comparadas às de caráter geológico. (Apud ELIAS, 1993, p. 37)

O processo civilizatório é algo que não acontece da noite para o dia. São necessários séculos para que uma sociedade se estabeleça, e obtenha equilíbrio. Neste capítulo, discutiremos o início das civilizações anglo-saxã e escandinava, para assim podermos ter uma base, e entendermos as motivações de cada uma quando seus caminhos se cruzaram no fim do século VIII.

2.1 A Cruz

Figura 2: Inglaterra bretã.



Fonte: Creighton. Disponível em < <http://mockingbird.creighton.edu/english/fajardo/teaching/ENG340/ancbrl.jpg> >

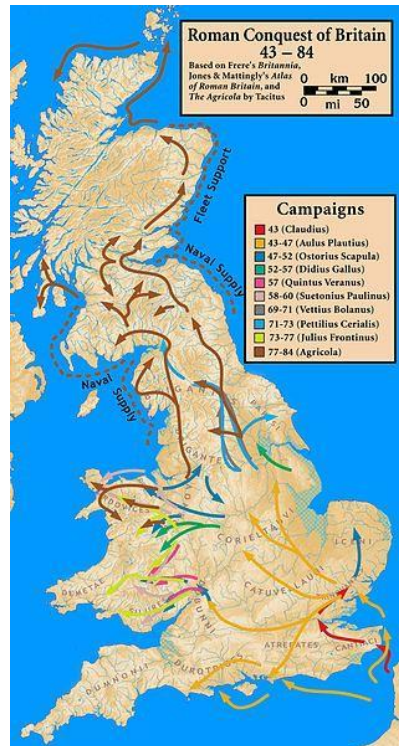
Acessado em 12 mai 2016.

O território que conhecemos hoje como a Grã-Bretanha tem por ancestrais bretões, romanos, e saxões, como vemos na figura 1. Cada um deles obteve sua chance de ocupar o território, e lá deixar suas marcas. Os bretões foram os primeiros a ocuparem a ilha. Era um povo

oriundo do continente, e descendiam dos gauleses ou celtas. Eles trouxeram consigo uma rica bagagem, como sua língua, maneiras, governo, e superstições. Era um povo simples, que encontrava suas bases econômicas na agricultura e no arado, vestiam-se com peles, habitando cabanas situadas em florestas e regiões pantanosas. Eram também arredios, e não aceitavam autoridades despóticas. Seu governo era monárquico, porém livre como as demais nações celtas. A religião respondia por uma grande parte de seu governo, sendo reponsabilidade dos druidas, seus sacerdotes, a educação dos jovens, além de ministrar no altar, e dirigir ritos. Eles também tinham muitas regalias, como imunidade em relação a guerras e impostos, exercer jurisdição civil e criminal, e decidir controvérsias, fossem elas públicas ou individuais, e quem não acatasse suas ordens, estariam sujeitos a severas punições.

Sua paz foi ameaçada no ano de 52 a.C., quando o imperador romano Cesar avançou com o objetivo de conquistar o território até então pertencente aos bretões. Inicialmente, ele conseguiu colocar apenas parte do território sob seu domínio. Tentou conservar as autoridades locais, mas percebendo que suas leis iam de encontro às leis romanas, o imperador as aboliu, e tentou tomar as rédeas do território. Roma não foi atraída pelo território anglo-saxão devido a riquezas ou renome, mas pelo prazer de conquistar e descobrir um novo mundo, quase que desconhecido pelos povos do continente. Apesar da grande força romana, os bretões não foram fáceis de derrotar. Foi necessário quase um século para que eles fossem completamente conquistados. Parte da dificuldade dos romanos em conseguir o controle da terra bretã deve-se ao fato de Roma estar em guerra com a Gália, fazendo com que a atenção do imperador ficasse voltada para lá algumas vezes.

Figura 3: Mapa da conquista romana sobre a Bretanha por comandantes.



Fonte: History on the net, Disponível em

<http://www.historyonthenet.com/romans/invasion_of_britain.htm> Acessado em 12 mai 2016.

Com o passar dos anos e mudanças de comando, Roma necessitou de muitos generais para combater os bretões. Durante os reinados de Cesar, Augusto, Calígula, Cláudio, Nero, e Vespasiano, comandantes como Pláutius, Ostório Escápula, Suetônio Paulino, Cerealis, Júlio Frontino, e Júlio Agrícola foram designados a tarefa de conquistar os bretões. Em, aproximadamente, 70d.C. foi que o General Júlio Agrícola, a mando do Imperador Vespasiano, conseguiu subjugar os bretões, e estabelecer o poder absoluto de Roma no território. Porém, no ano de 448, com o declínio das forças romanas, eles abandonaram a ilha, deixando os bretões que ficaram vulneráveis a ataques estrangeiros devido à dependência que passaram a ter de Roma e agora se viam sós.

Assim, no ano de 500, os saxões, provindos das terras germânicas, estabeleceram-se na ilha bretã e criaram os sete reinos saxões, fazendo com que todos os costumes locais fossem reformulados aos moldes dos novos conquistadores. De todos os bárbaros que atacaram a ilha bretã na antiguidade, os saxões eram considerados os mais ferozes e brutais. Os bretões haviam evoluído muito durante a ocupação romana, porém tudo caiu por terra após a invasão saxã. Os

mesmos fizeram com que houvesse um retrocesso que beirava à barbárie. Os nativos foram massacrados e escravizados, dando início a uma nova era de escuridão e perversidade.

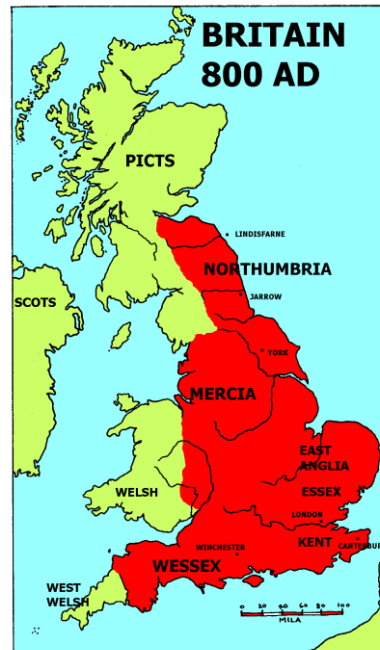
O povo saxão era livre e independente, e assim como os bretões, não tinha como costume a atenção e cuidado com a sucessão de príncipes ao trono. Apesar de respeitarem a família real, eles não seguiam regras. Portanto, não existiam brigas com relação a ascensão ao trono. O único meio que eles utilizavam para delinear regras, era o *Wittenagemot*, ou conselho dos sábios, que funcionava como um conselho nacional, o qual tinha o consentimento coletivo para ratificar leis e atos da administração pública.

A estrutura social tinha sua divisão em três classes: nobres, livres e escravos. Os nobres se subdividiam em real e inferior; os livres e escravos eram os que dependiam de alguma maneira da nobreza, recebendo terras e ouro, no caso do primeiro e ordens no caso do segundo, que era a classe mais numerosa. Quando se trata de justiça, o poder judiciário é de maior importância do que o legislativo, já que haviam poucos impostos a serem pagos, poucos estatutos aplicados, e os costumes governavam mais do que as leis per si. Consequentemente, o poder caía nas mãos dos nobres e mais abastados, os quais se permitiam mais privilégios.

Porém, com o passar do tempo, os saxões transformaram seu território em um dos mais bem sucedidos entre os reinos medievais. Aos poucos, aderiram à religião cristã para melhor se relacionarem com seus vizinhos europeus, algo que proporcionou grande avanço à Inglaterra anglo-saxã. Avançando o relato para um pouco antes da invasão nórdica ao território inglês, os anglo-saxões gozavam de um estado de paz e prosperidade. Era uma das culturas mais bem sucedidas daquele tempo, onde se encontrava guerreiros fortes e diversas riquezas. Era, também, um povo que se orgulhava de sua identidade, que consistia em ser temente ao Deus cristão, e ser uma sociedade civilizada, com uma estrutura política organizada.

Na época, as terras anglo-saxãs eram divididas em quatro principais reinos: Mercia, Wessex, East Anglia e Northumbria. Apesar de não existir guerras com povos estrangeiros, os anglo-saxões tinham conflitos entre si. Um pouco antes dos escandinavos invadirem seu território, uma aliança foi feita entre Offa, o Rei da Mercia, e Beorhtric, Rei de Wessex, através do casamento do líder de Wessex, e Edburga, filha de Offa. Essa união tinha o intuito de ajudar Beorhtric a afastar Egbert, seu predecessor, pois este representava um grande perigo ao Rei de Wessex. A tentativa de matar Egbert não obteve sucesso, contudo eles conseguiram exilá-lo na corte de Carlos Magno.

Figura 4: Inglaterra Anglo-Saxã.



Fonte: Tha Engliscan Gesithas. Disponível em <<http://www.tha-engliscan-gesithas.org.uk/education/maps-of-anglo-saxon-england>> Acessado em 12 mai 2016.

Durante sua estadia na corte romana, Egbert estudou o funcionamento da administração de um grande império, a condução de guerras contra grandes adversários e táticas militares. Após a morte de Beorhtric em 800, Egbert voltou para Wessex, assumindo seu trono. Desde o início de seu reinado, o grande objetivo de Egbert era a unificação dos reinos ingleses, tendo como seu maior exemplo Carlos Magno, o qual havia se tornado o grande conquistador da Europa ocidental. Porém, ele sabia que isso não era algo fácil de se alcançar, então aguardou até estar pronto para tal feito. Focou em melhorar seu poder armado e sua força militar, projetando formas mais satisfatórias de aumentar sua eficácia. Egbert não conseguiu realizar seu plano de unificação, porém, ele deixou tudo pronto para que seu neto, Alfred, anos depois, viesse a obter sucesso nesta empreitada.

2.2 O Martelo

Figura 5: Escandinávia durante a Era Viking.



Fonte: Sven, Rosborn, Wikipédia. Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Viking_Age> Acessado em 13 mai 2016.

Os Vikings se identificam pelo povo habitante do território que hoje compreende a Dinamarca, Noruega e Suécia. A origem da palavra ‘Viking’ encontra-se no conceito de pirata ou aquele que vem do mar. Esse povo aterrorizou a Europa durante quase três séculos, mais precisamente entre os séculos VIII e XI. Não existem registros escritos suficientemente consistentes sobre o povo nórdico, pois a escrita só veio a ser introduzida em sua cultura quando o cristianismo começou a ser praticado pela população. Antes disso, havia apenas a linguagem rúnica, que foi criada para ser cravada em pedras, madeira e metais.

Geralmente quando se fala da Escandinávia, generaliza-se, e são tratados como um só povo. Porém, cada um dos territórios tem suas particularidades. Começando pela Dinamarca (na época, Jutlândia), pode-se dizer que possuía um solo infértil, com exceção das terras localizadas próximas ao mar. Eles dependiam majoritariamente de saques, frutos da pirataria praticada por eles durante sua jornada no mar. Também era um povo impiedoso, com um conceito pobre de virtude e justiça.

Adam⁴, um clérigo alemão que viveu durante a segunda metade do século XI, escreveu sobre sua experiência com os nórdicos. Segundo ele, a Dinamarca era uma terra salubre, porém, habitada, e que em suas leis e práticas, os dinamarqueses se baseiam em muitas coisas contrárias à virtude e justiça.

Quanto à Noruega, suas terras eram ainda mais inférteis do que as da Dinamarca. Os noruegueses criavam seu gado longe da vida selvagem, e os tinham como um meio de sustento. Como consequência, eram ótimos guerreiros, respeitados como tais pelas nações vizinhas. Sua economia baseava-se no comércio com outros povos, sempre trazendo consigo inúmeras iguarias providas de vários países ao redor do mundo.

Por último, a Suécia, que era o território mais evoluído e fértil de todos do norte, possuindo uma cultura abundante e rica, além de ter uma criação de gado bem sucedida. Os Suecos eram bastante afortunados, a ponto de já praticarem a exportação de seus produtos para outros povos. Tinham um senso de virtude e justiça bem definidos, onde os indivíduos respeitavam uns aos outros. Eles formavam uma sociedade poligâmica, onde os homens podiam ter duas ou mais mulheres. Eram também conhecidos por sua natureza hospitaleira. Os viajantes eram tratados com honras e entretenimento. A igualdade era altamente valorizada e estimada na sociedade sueca, uma vez que a vontade do povo era a lei que vigorava e era aplicada pelo soberano.

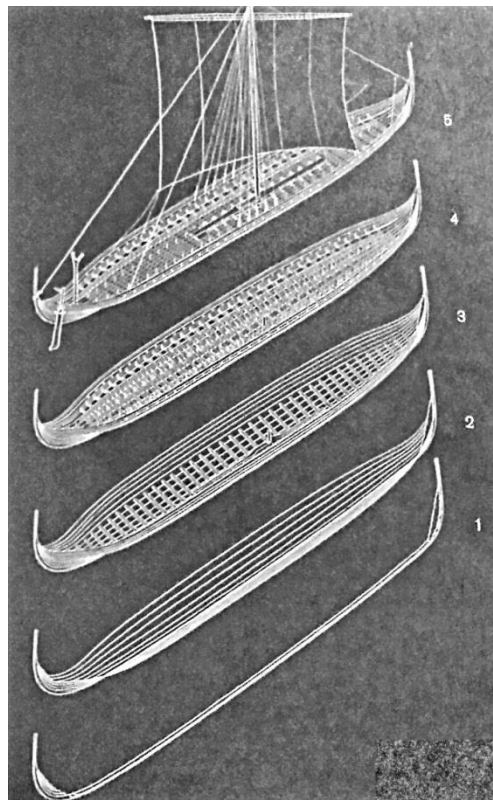
Esclarecidos esses pontos, podemos entender e identificar quais as motivações de cada um desses povos em suas relações exteriores. Alguns dos motivos que podem ter vindo a levar os Vikings a invadirem, ou estabelecerem vínculos com outros territórios são, provavelmente, a superpopulação, a infertilidade de suas terras, e a busca por comércio. O primeiro desses motivos se deve ao fato do controle de natalidade ser inexistente naquela época e, à poligamia. O ponto agravante desse fato é que apenas o primogênito tinha direito à herança, levando os mais novos a procurarem riquezas por outros meios como, por exemplo, o saque a outros territórios. Quanto à infertilidade, apesar de hoje as terras escandinavas terem uma boa produção para prover sua população, no período Viking as condições climáticas e qualidade do solo não produzia uma quantidade suficientemente boa para dar conta de todo o povo. Por isso, muitas vezes aventuravam-se em busca da conquista de terras férteis.

4 ADAM BREMENSIS, Magister. *Gesta Hammaburgensis ecclesiae pontificum*. Hannover: Ed. H.B. Schmeidler, 1917.

Com relação à busca por comércio, era algo viável para os nórdicos, pois a tecnologia náutica que suas chalupas possuíam era avançada o suficiente para propiciar um bom meio de transporte para navegar ao redor do mundo, com capacidade para comportar grande variedade de iguarias.

O estudioso sueco Fritz Askeberg (1944) subdivide os motivos e objetivos das incursões escandinavas em quatro: Invasões piratas conduzidas por indivíduos, expedições políticas, empreendimentos colonizadores, e penetração comercial. Sobre a primeira categoria, pode-se dizer que foi bastante praticada durante a era Viking, e as mais importantes ocorrências desta sorte aconteceram na Inglaterra, como veremos posteriormente. A segunda categoria se define pela conquista de territórios feita por governantes, com a finalidade de buscar meios para beneficiar a nação que a realiza. Já a terceira se dava devido à busca por terras férteis que pudessem abrigar parte da população necessitada de bens agrícolas. Por último, a penetração comercial, utilizada principalmente pelos suecos, era uma forma de manter sua economia forte e rica, através de meios pacíficos.

Figura 6: Etapas da construção de uma navegação Viking.



Fonte: WILLIAMS, 2014, p.35.

Como podemos perceber, a navegação foi o centro das atividades escandinavas durante a era Viking. Sua tecnologia náutica avançada tornava possíveis suas incursões sobre outros territórios, e aumentava seu poder mercantil ao redor do globo. Gareth Williams, curador de moedas medievais do Museu Britânico, nos conta em sua obra, *The Viking Ship*, sobre o processo de construção de uma típica embarcação nórdica. Guiando-nos pela imagem acima, observemos como o as etapas ocorrem: Primeiramente, hastes cuidadosamente projetadas são presas a cada extremidade do barco; Em seguida, as tábuas inferiores (pranchas) são construídas para ambos os lados do barco e hastes; O terceiro passo é constituído pelas pranchas de madeira que são presas entre as partes inferiores para apoiar a forma do casco inferior. Logo após, a sobrequilha é colocada no barco, pronta para segurar o mastro, e em seguida, são adicionadas as cintas superiores; Depois, longarinas são adicionadas para dar suporte ao longo do comprimento do casco. Frisos e articulações apoiam cada lado, enquanto vigas transversais, conhecidas como mordidas, e bancadas (bancos para remo) bloqueavam os lados acima deles; Por último, buracos para os remos são feitos em uma das cintas superiores. As placas complementares e o mastro do convés são encaixados. O leme é adicionado no lado direito da popa. Por fim, mastro e vela são intensificados e manipulados.

Existiam vários tipos de embarcação, entre eles os barcos de guerra e os de carga. O primeiro tipo se identificava pelo seu formato longo e fino, proporcionando espaço apenas para seus ocupantes, algumas armas e suprimentos limitados. Por um lado, este tipo de embarcação era razoavelmente restrito, pois não podiam passar por longas viagens sem ter que parar diversas vezes para reabastecimento ou sem serem acompanhados por outros navios de suprimentos. Mas, por outro lado, seu formato o deixava mais leve, possibilitando assim uma viagem mais rápida, fazendo também com que fossem fáceis de manobrar. Já os cargueiros eram maiores em profundidade, perfeito para o carregamento de suprimentos e mercadorias, existiam em vários tamanhos, podendo variar para melhor atender as necessidades de seus usuários.

Outro fator importante na história Viking, e talvez um dos principais pontos para defini-los como uma civilização diferente das demais na Europa ocidental, era a religião. A mitologia nórdica tinha seu principal deus na figura de Odin, o deus da guerra e senhor de todos, e sua morada era Asgard, onde repousava com os demais deuses. Os nórdicos acreditavam que se morressem no campo de batalha, seriam levados pelas Valquírias, até Valhalla, o salão dos

mortos, onde elegiam os guerreiros merecedores, e os que lá estivessem ajudariam Odin em eventos como o Ragnarök, que era o apocalipse segundo a mitologia nórdica.

Segundo o Professor Julian D. Richards, da Universidade de York, a religião para os nórdicos tinha um significado peculiar. Para eles, a religião era apenas um outro aspecto da vida, que não precisava necessariamente de uma adoração, ou até mesmo aprovação. Existiam limites entre a vida cotidiana e a religião, onde os rituais tinham seu lugar e hora para serem praticados. Sendo assim, fica fácil entender porque a religião foi uma questão crucial para o desaparecimento da civilização nórdica, e quais os motivos para sua infusão na cultura europeia tradicional. Eram culturas diferentes, para as quais a religião tinha uma representação diferente em suas vidas, e isso as impedia de estreitarem suas relações. Por isso, a cristianização foi tomando conta da Escandinávia, que a difundiu em si para melhor se relacionar com as demais nações vizinhas.

Figura 7: Exemplo de Mjölfnir, o martelo de Thor, filho de Odin, e principal símbolo da mitologia nórdica.



Fonte: Pinterest. Disponível em <<https://br.pinterest.com/crssjmunoz/mjolnir/>> Acessado em 13 mai 2016.

3. Ascensão e Queda dos Povos Saxões e Vikings

Durante o reinado de Beorhtric de Wessex, aconteceram duas invasões Vikings. A primeira, ao contrário do que muitos pensam, aconteceu no ano de 789, onde os escandinavos foram sondar como as terras anglo-saxãs eram, e testar seu poder armado. Não foi um ataque muito produtivo, pois o povo local começou a revidar, fazendo assim com que eles se afastassem. Em 793, deu-se o que foi considerada como a primeira invasão nórdica em território anglo-saxão, que obteve sucesso por causa da grande pilhagem e matança ocorrida. Eles saquearam o monastério de Lindisfarne, na Northumbria. Logo, os Vikings foram encarados como um castigo divino pelos pecados cometidos pelos saxões, especialmente na Northumbria, onde havia ocorrido dois assassinatos dentro da corte real no ano anterior ao ataque.

Os nórdicos eram percebidos como um povo bárbaro, não civilizado e pagão, que não tinha qualquer respeito pelo Deus cristão, visto que a maioria de seus ataques foram feitos a monastérios localizados na costa anglo-saxã. Em uma carta escrita pelo Monge Alcuin, na época residente da corte do Rei dos francos, Carlos Magno, à Ethelred, Rei da Northumbria, é descrito como o ocorrido em Lindisfarne foi visto pelos habitantes locais:

(...) Nunca antes havia aparecido tal terror na Bretanha como o que sofremos agora... Observe a igreja de St. Cuthbert coberta com o sangue dos padres de Deus, despojado de todos os seus ornamentos; um lugar mais venerável do que todos na Bretanha foi dado como presa à povos pagãos. (CARROLL; HARRISON; WILLIAMS, 2014, p.20).

Os escandinavos, apesar de serem homens de honra, eram como a maioria das civilizações antigas, e tinham o desejo de saquear e ocupar outras terras com o intuito de aumentar seu poder e influencia. Em adição a este fato, a taxa de natalidade escandinava era alta, e apenas os primogênitos tinham direito à herança do pai. Portanto, os mais novos se viam na necessidade de buscar suas próprias riquezas, e faziam isso através da invasão a outros povos, e conquista de terras férteis.

Inicialmente, invadir e saquear a Inglaterra foi fácil para os escandinavos, pois eles roubavam monastérios que possuíam grandes riquezas, e eram um alvo vulnerável em virtude de situarem-se em terras costeiras de difícil acesso - tornando improvável a ajuda de outros povoados - e não terem qualquer preparo para combate. Mais tarde, quando os Vikings foram

para a Inglaterra com o intuito de conquistar terras, encontraram mais resistência dos anglo-saxões, que ficavam mais fortes a cada ataque que enfrentavam.

Um dos primeiros grandes ataques feitos à Inglaterra com a finalidade de conquistar terras ocorreu em 833, onde uma frota de trinta e cinco navios escandinavos invadiu Charmouth, na região de Dorset, onde houve um grande massacre de ambas as partes. Egbert, agora Rei de Wessex e da Mercia, tentou derrotá-los, porém não teve sucesso. Após este ataque, acredita-se que Egbert reuniu um conselho formado por seus nobres para considerar meios de fortificar as defesas de seu reino. Foi apenas em 835, quando os Vikings se juntaram ao povo galês com o objetivo de conquistar os reinos da Mercia e Wessex, que Egbert conseguiu afastar os escandinavos de suas terras, pelo menos por algum tempo.

Outro grande Rei – talvez um dos mais importantes da história anglo-saxã – que conseguiu derrotar e negociar com o povo nórdico foi Alfredo, o Grande, neto de Egbert. Ele foi o Rei anglo-saxão que fomentou as bases para que houvesse a união dos reinos anglo-saxões e liderou os ataques contra os inimigos bárbaros do território britânico. Em 878, ele conseguiu derrotar os Vikings em Chippenham, localizado em Wessex, na região sudoeste da Inglaterra. Entretanto, após ver que não conseguiria expulsar todos os escandinavos de suas terras, Alfredo selou um acordo com os mesmos, chamado de “Tratado de Wedmore” (Ou “Paz de Wedmore”), que consistia em delimitar uma porção do território inglês para os Vikings, que seria chamado de “Danelaw” (lei nórdica) e em troca haveria paz entre os povos. Para selar este acordo, o líder escandinavo Guthrum, juntamente com 30 de seus guerreiros, teve que se submeter ao batismo e se converter ao cristianismo. Este foi um dos primeiros acordos diplomáticos feito entre estes povos, e um marco importante da Era Viking na Inglaterra.

Os acordos e tratados feitos naquela época se valiam apenas da palavra acordada entre as partes envolvidas. Porém, o vencedor sempre impunha seus termos para que o acordo fosse feito. No caso do Tratado de Wedmore, o Rei Alfredo exigiu que os Vikings se convertessem ao cristianismo, pois assim ele os transformaria em seus iguais, fazendo com que essa convergência de identidades fosse uma forma de garantir que o acordo fosse respeitado.

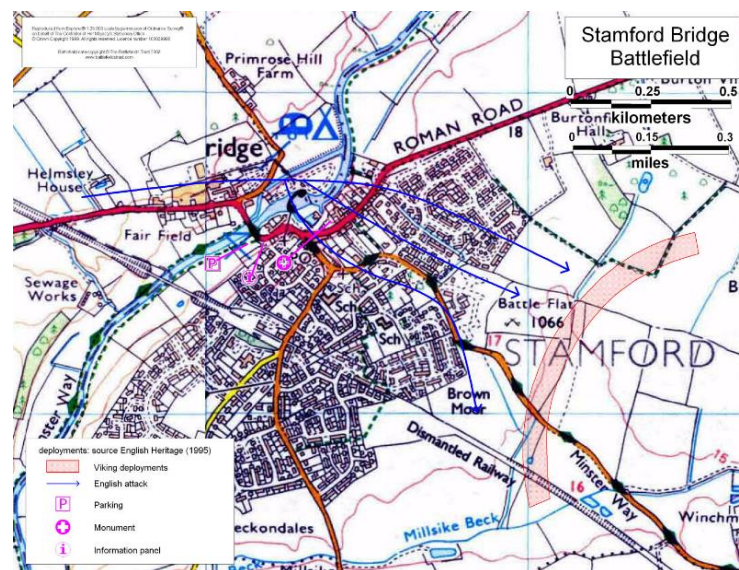
No entanto, cinco anos após o tratado, os guerreiros nórdicos quebraram o acordo de paz e atacaram o território anglo-saxão muitas outras vezes, tendo em vista a conquista de mais terras, e pedir que tributos fossem pagos para que eles se mantivessem longe, e os deixasse em paz. Um grande exemplo foi a Batalha de Maldon, que ocorreu em 991 durante o reinado de Ethelred, o

Despreparado, onde os guerreiros escandinavos exigiram o pagamento de uma alta quantia em troca de irem embora. Os anglo-saxões resistiram, porém não obtiveram sucesso, tendo que pagar uma alta quantia pecuniária aos vikings. E desde então uma nova taxa de imposto foi adicionada ao pagamento dos cidadãos ingleses, que era chamada de “Danegeld” (ouro nórdico), que tinha a finalidade de pagar os guerreiros escandinavos para que ficassem longe, evitando que outros massacres fossem feitos.

Este é um fenômeno que pode ser explicado pela teoria de Hard Power, onde a força armada de uma nação, ou povo, é usada para infligir medo ao governo de outros países, fazendo assim com que as vontades ou exigências do povo dominante sejam cumpridas. Esse fator foi o que fez os países escandinavos serem tão importantes e temidos, não apenas na Grã-Bretanha, como em todo o continente europeu, e partes da África e Ásia. Eles possuíam um poder armado eficiente, tornando possível a vitória sobre muitos territórios. Como Hans Morgenthau diria, “Nas relações políticas em particular, a força armada, como ameaça ou como potencialidade, é o fator material mais importante para o poder político de uma nação”.

3.1 A Batalha de Stamford Bridge e o Fim da Era Viking

Figura 8: Mapa do campo de batalha de Stamford Bridge.



Fonte: Battlefields Trust. Disponível em <<http://www.battlefieldstrust.com/media/263.pdf>> Acessado em 15 mai 2016.

No ano de 1066, o Rei anglo-saxão da vez era Eduardo, o Confessor, conhecido por sua fervorosa fé cristã. No entanto, em janeiro daquele ano, ele veio a falecer sem deixar filhos para ascender ao trono. Este fato deu vasão para que muitos pretendentes à coroa aparecessem, entre eles, Haroldo II Godwinson, irmão da Rainha Edite, esposa do falecido Rei; Guilherme, o Conquistador, que era um Duque normando, e primo de Eduardo; E por fim, Haroldo Hadrada, Rei norueguês da época. Porém os saxões, não satisfeitos com a ideia de terem um Rei estrangeiro, escolheram Haroldo II para ascender ao trono. O novo Rei se viu com um grande desafio pela frente: Enfrentar os outros dois pretendentes ao trono, os quais possuíam forças armadas suficientemente preparadas para derrotá-lo.

Figura 9: Imagem da batalha de Stamford Bridge, retirada de um manuscrito anglo-normando, datado do século XIII.



Fonte: PARIS, Matthew, Life of St Edward the Confessor. Cambridge Digital Library. Acessado 24 Abr 2012.

Para melhor explicar a reivindicação de cada um desses pretendentes, voltemos um pouco no tempo. Em 1038, houve um acordo entre o Rei saxão, o qual também era Rei dinamarquês, Hardacanuto, predecessor de Eduardo, e Magno I, Rei da Noruega. Os dois haviam acordado que, caso um morresse, o outro seria o sucessor ao trono. Com a morte de Hardacanuto, Magno logo assumiu o trono da Dinamarca. Quando ele estava se preparando para invadir a Inglaterra, e reivindicar o trono inglês, ele foi impedido por uma revolta na Dinamarca, a qual consistia na reivindicação de outro pretendente a coroa dinamarquesa, Sueno Estridsson, com o apoio de Hadrada. Com isto, Magno ficou impossibilitado de assumir o trono saxão, abrindo espaço para que Eduardo ascendesse como Rei inglês. Em seguida, Sueno ascendeu ao trono dinamarquês, e

Magno foi forçado a dividi-lo com Hadrada, que, com a morte de Magno um ano mais tarde, tornou-se o único Rei. Dito isto, O rei norueguês utilizou-se do acordo que Magno havia feito com Hardacanuto para se candidatar a sucessão do trono saxão após a morte de Eduardo. Por outro lado, havia também Guilherme, o Conquistador, Duque da Normandia, território francês conquistado pelo grande líder Viking, Rollo tempos antes. Guilherme era primo em primeiro grau do falecido Eduardo. Ele proclamou-se sucessor ao trono, pois dizia que o Confessor havia prometido a coroa a ele, caso morresse.

Sendo assim, em Setembro de 1066, Hadrada preparava suas tropas para atravessar o oceano, e invadir o território anglo-saxão, com o apoio de Tostig, irmão de Haroldo II, o qual havia sido destituído de seu título de Duque da Northumbria pelo então Rei. Com o início da batalha, Hadrada estava confiante de sua vitória, por possuir um maior número de combatentes ao seu lado. Primeiramente, eles avançaram na cidade de York, obtendo sucesso em sua investida, fazendo com que o lado inglês perdesse muitos homens. Entretanto, na sua segunda investida, em Stamford Bridge, os noruegueses foram derrotados e Hadrada morto, marcando assim o fim da Era Viking na Inglaterra.

Haroldo II conseguiu derrotar os escandinavos, mas duas semanas depois ele não obteve o mesmo sucesso com os normandos, na Batalha de Hastings, uma das mais importantes da história inglesa. Guilherme chegou com tropas reforçadas por seus aliados, e o número no campo de batalha era igual para ambos os lados. No entanto, os normandos tinham vantagens técnicas, como arqueiros, os quais conseguiam abater inimigos de uma longa distância, e também possuíam tropas de cavalaria, que abria uma grande vantagem na hora do combate. Sendo assim, horas depois do começo da batalha, Guilherme derrotava Haroldo II, pondo um fim na era saxã na Inglaterra.

Figura 10: Tapeçaria de Bayeux, principal artefato contendo 70 metros de comprimento que conta a história da Batalha de Hastings.



Fonte: Ricardo Costa. Disponível em < <http://www.ricardocosta.com/tapeçaria-de-bayeux-c-1070-1080> > Acessado em 17 mai 2016.

Conseqüentemente, mais um capítulo da história inglesa termina, marcando o fim de um período de muitos embates e conflitos de poder entre líderes lembrados como grandes personagens históricos até os dias presentes, proporcionando uma visão mais ampla do começo da idade média e quais as contribuições que os ancestrais norte-europeus tiveram, que podem ser percebidas em alguns lugares não só da Inglaterra, mas de todo o continente. É também importante ressaltar que todo esse conhecimento é mais uma grande prova do quanto ainda temos que aprender sobre os povos antigos, e sobre as relações que eles mantiveram entre si.

Considerações Finais

Durante a trajetória da relação entre Escandinávia e Inglaterra, pudemos notar que as leis e contratos sociais já existiam, porém, com a existência de uma anarquia internacional, haviam muitos conflitos e disputas de poder entre os povos, encorajados pela busca da hegemonia, fazendo com que a roleta política continuasse girando, com o poder mudando de mãos constantemente. Um exemplo claro disso era a disputa pelo trono que ocorria entre líderes antigos, os quais visavam aprimorar seu poder de influencia sobre nações vizinhas, e aumentar os limites de seus territórios. As leis existiam para a quebra da lei interna, porém o mesmo não acontecia para o estrangeiro, que era considerado bárbaro, pagão, e não civilizado, colocando-o quase no mesmo nível de um animal, sendo um ato heroico confrontá-lo e aniquilá-lo. Isso pode ser notado visivelmente nas relações entre os povos estudados neste trabalho. Tanto os escandinavos, quanto os saxões faziam muito pouco um do outro, sem nenhum receio de ofender ou escravizar os nacionais de ambos.

No sentido mais geral, poder ou potência é a capacidade de fazer, produzir ou destruir. Um explosivo tem uma potência mensurável, assim como a maré, o vento e os terremotos. O poder de uma pessoa, ou de uma coletividade, não pode ser medido rigorosamente, devido à variedade de objetivos do seu comportamento e dos meios de que se utiliza. O fato de que os homens essencialmente aplicam seu poder sobre outros homens dá ao conceito, na política, seu significado autêntico. O poder de um indivíduo é a capacidade de fazer, mas, antes de tudo, é a capacidade de influir sobre a conduta ou os sentimentos dos outros indivíduos. No campo das relações internacionais, *poder* é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais. Em poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas uma relação entre os homens. (ARON, 1962, p.99)

Na passagem acima, o teórico Raymond Aron mostra que o poder é uma ferramenta utilizada para fazer a vontade de um povo prevalecer sobre os demais. O estudioso Jean-Baptiste Duroselle (2000, p.143) lista em sua obra *Todo Império Perecerá*, quatro meios de impor sua vontade ao estrangeiro: Persuasão, negociação, ameaça, e o uso da violência. O primeiro tipo é de vital importância para as relações internacionais, sendo as bases para a diplomacia; Já a negociação, nas palavras do próprio Duroselle. “É o meio mais normal: Em troca do objeto que se deseja adquirir, propõe-se um outro ao parceiro”; A ameaça, ao contrário das anteriores, é uma prática de força, que acontece através da possibilidade iminente de um povo infligir destruição ao outro, caso não obtenha o que deseja; E por último, o uso da violência, onde o conflito chega às

vias de fato, e o que se quer é alcançado através da força. Podemos enxergar alguns desses meios nas relações entre os Vikings e os saxões. A Paz de Wedmore, o Danegeld, e a Batalha de Stamford Bridge são exemplos de negociação, ameaça, e uso da violência, respectivamente.

É sabido que ninguém entraria em guerra, de modo tão pronto, para conquista de ganhos, como quando se vai para a defesa de seus próprios bens. Enquanto os homens lutam desesperadamente por conservar aquilo que correm perigo de perder, tal não ocorre com a conquista de novos ganhos. Na verdade, os homens fazem disso o seu objetivo, mas, se forem impedidos de alcançá-lo, não sentem que tenham sofrido qualquer injustiça da parte de seus rivais. (DEMÓSTENES, 341 a.C., sessões 10-11)

Como visto anteriormente em Hans Morgenthau, há três estímulos ao imperialismo: Guerra vitoriosa, guerra perdida, e fraqueza. Exemplos desses três pontos foram vistos com os povos aqui estudados. O primeiro deles pode ser visto na Paz de Wedmore, onde os saxões vencem o inimigo, mantendo seu status quo, mas vendo que não conseguiria subjuga-los por completo, então, firmaram um tratado, fazendo um acordo de paz. O que nos leva à guerra perdida, a qual também pode ser vista neste tratado, pois a derrota aumentou o desejo do povo vencido em trocar de lugar com o vencedor. Já a fraqueza, que é a invasão por motivos de vulnerabilidade do povo atacado, pode ser visto no fato de que os escandinavos escolheram o território da Northumbria, o qual era razoavelmente vulnerável, para ocupação de terras.

Agora, falando de diplomacia per si, podemos verificar que a religião teve um papel fundamental para o alinhamento das nações europeias. Falando mais especificamente do caso aqui estudado, pode-se perceber que, aos poucos, a religião cristã foi assimilando a Escandinávia em si, tornando-se uma arma que possibilitou os dois povos a terem algo em comum, e se identificarem como iguais séculos mais tarde. Essa tática pode ser vista como um meio de Soft Power, teoria de Joseph Nye, onde ele diz que uma das armas que o país pode utilizar para ganhar prestígio e respeito internacional é a sua cultura.

Sendo assim, concluímos que as relações internacionais antigas têm muito a nos oferecer, não só historicamente, mas também politicamente. Observando o comportamento dos nossos ancestrais, não só escandinavos ou saxões, podemos encontrar a resposta para nos tornarmos criaturas que utilizam bom senso e caridade como meios de se relacionar, refletindo sobre o bem coletivo que se encontra na paz entre os povos, transformando isto no objetivo das relações internacionais.

Referências

ARON, Raymond, **Paz e Guerra Entre as Nações**. São Paulo: Ed. UnB, 2002.

ASKEBERG, Fritz, Norden och kontinenten I gammal tid. Uppsala, 1944.

BRØNDSTED, Johannes, Os Vikings: História de uma Fascinante Civilização. São Paulo: Ed. Hemus, 2004.

CARR, Edward Hallett, Great Britain as a Mediterranean Power, Nottingham: University College, 1937.

CARROLL, Jayne, HARRISON, Stephen H., WILLIAMS, Gareth, **The Vikings in Britain and Ireland**. Londres: Ed. The British Museum, 2014.

DUROSELLE, Jean-Baptiste, **Todo Império Perecerá**. São Paulo: Ed. UnB, 2000.

ELIAS, Norbert, **O Processo Civilizador Volume 2: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

FUKUYAMA, Francis, **As Origens da Ordem Política: Dos tempos pré-humanos até a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2013.

História Revista, 6 (2) : 51-69, jul./dez. 2001. MAGALHÃES, Luiz Otávio de. **Tucídides: A Natureza Humana e as Causalidades da História**.

HOBBS, Thomas, O Leviatã. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2014.

HUME, David, **História da Inglaterra: Da Invasão de Júlio César à Revolução de 1688**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

JONES, Gwyn, *A History of the Vikings*. Oxford: Ed. Oxford Press, 1984.

MALCHOW, Howard LeRoy, **History and International Relations: From the Ancient World to the 21st Century**. Nova Iorque: Ed. Bloomsbury, 2016.

MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007.

MORGENTHAU, Hans, **Política Entre as Nações**. São Paulo: Ed. UnB, 2003.

PAGE, R.I., **Chronicles of the Vikings**. Londres: Ed. The British Museum, 2014.

WATSON, Adam, *The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis*. London: Routledge, 1992.

WHITLOCK, Ralph, **The Warrior Kings of Saxon England**. Wiltshire: Ed. Moonraker Press, 1977.

WIGHT, Martin, **A Política do Poder**. São Paulo: Ed. UnB, 2002.

WILLIAMS, Gareth, **The Viking Ship**. Londres: Ed. The British Museum, 2014.